



FACA

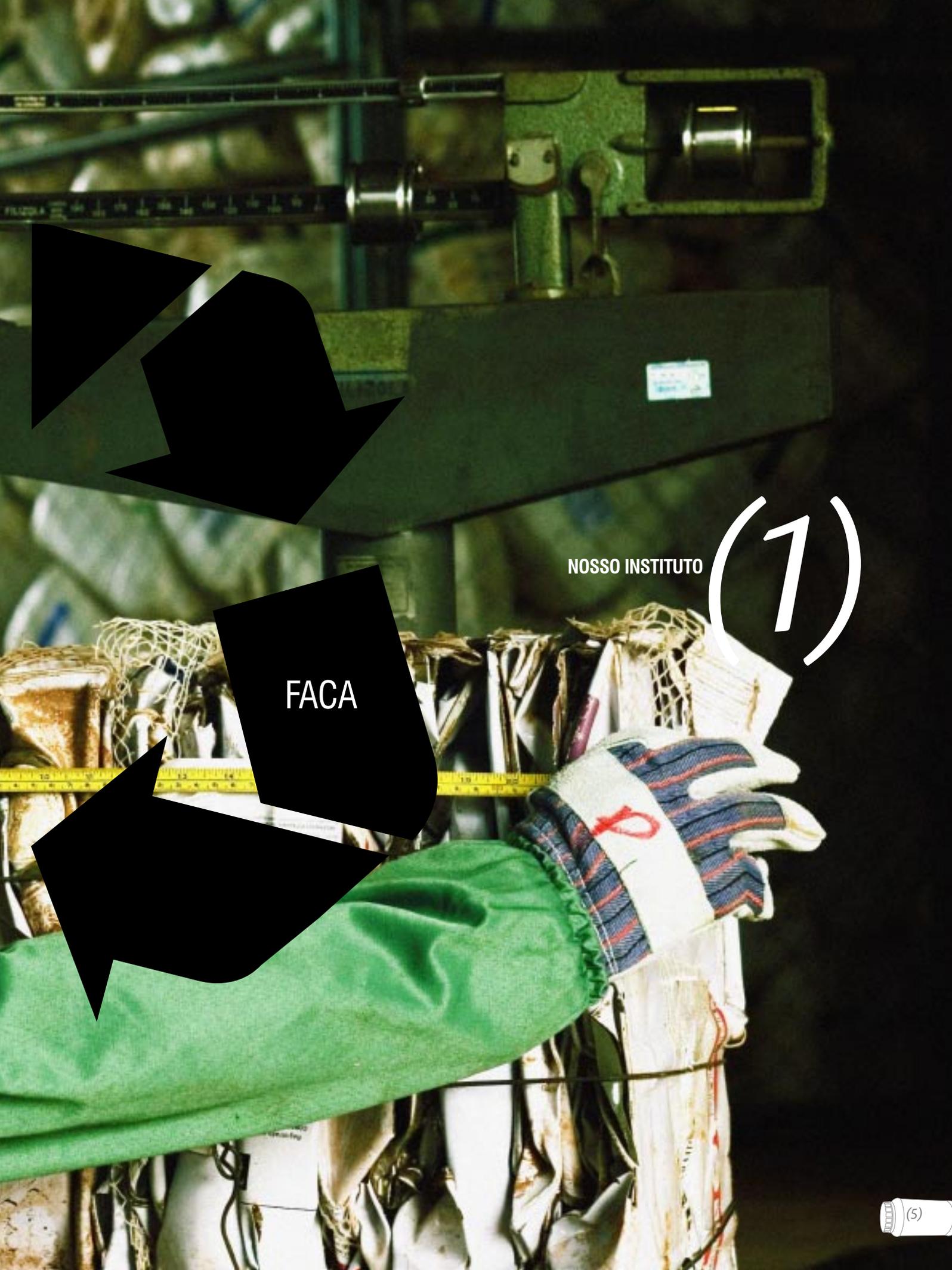


RELATÓRIO ANUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS 2005

índice

- (1) NOSSO INSTITUTO
Mensagem ao leitor
Visão e Missão
- Responsabilidade com a Natureza 5*
O instituto 7
- (2) *Mensagem do inpEV 15*
O instituto 7
Mensagem do inpEV 15
O instituto 7
- (3) *Responsabilidade com a Natureza 5*
O instituto 7
Mensagem do inpEV 15
O instituto 7
- Responsabilidade com a Natureza 5*
O instituto 7
- (4) *Mensagem do inpEV 15*
O instituto 7
Mensagem do inpEV 15
O instituto 7
Mensagem do inpEV 15
- (5) *Responsabilidade com a Natureza 5*
O instituto 7
Mensagem do inpEV 15
O instituto 7
- (6) *Responsabilidade com a Natureza 5*
- Responsabilidade com a Natureza 5*
- (7) *O instituto 7*
Mensagem do inpEV 15
O instituto 7
- (8) *Responsabilidade com a Natureza 5*





FACA

NOSSO INSTITUTO

(1)



mensagem ao leitor

O sistema de destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos é formado pela integração dos principais elos da cadeia produtiva agrícola, que trabalham em conjunto com o objetivo de destinar corretamente as embalagens vazias de agrotóxicos para um ambiente mais saudável e para o bem estar das futuras gerações.

Desenvolver esse trabalho significa cuidar da natureza e com respeito e transparência cultivar relacionamentos com aqueles que fazem parte de sua rede: funcionários, empresas e entidades associadas, agricultores, governo, distribuidores, cooperativas e outros parceiros.

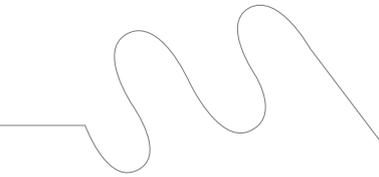
É em reconhecimento a essas pessoas, empresas e organizações que o inpEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - escolheu a integração como conceito do relatório anual 2005.

Ao longo dos seus 4 anos, o inpEV construiu, com a participação ativa de todos os envolvidos no processo, as condições para transformar o sistema de destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos do Brasil referência mundial no assunto.

Nestas páginas, como forma de compartilhar os excelentes resultados de 2005, o Instituto apresenta os fatos mais relevantes do ano, alguns depoimentos, dados e as principais conquistas.

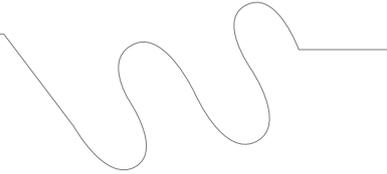
Missão

O inpEV é uma entidade sem fins lucrativos dedicada a gerir o processo de destinação de embalagens vazias de fitossanitários no Brasil, dar apoio e orientação à indústria, canais de distribuição e agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, promover a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana e apoiar o desenvolvimento tecnológico de embalagens de fitossanitários.



Por que dar um destino correto para as embalagens?

O principal motivo para dar uma destinação final correta para as embalagens vazias de agrotóxicos é diminuir o risco de saúde das pessoas e de contaminação do meio ambiente. Como a maioria das embalagens é lavável, é fundamental a prática da lavagem para a devolução e destinação final correta.



Visão

Ser referência mundial como centro de excelência na recuperação e destinação final de embalagens vazias de fitossanitários, preservação do meio-ambiente e da saúde humana.



Perfil do instituto

Instituto sem fins lucrativos fundado em março de 2002 pela indústria fabricante de defensivos agrícolas no Brasil, com apoio de outras entidades de classe do setor, o inpEV - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - cumpre as determinações definidas na legislação sobre embalagens vazias de agrotóxicos (Lei no. 9974/00).

Em 2005 completou 4 anos de fundação e tem contribuído, como agente facilitador do processo que compartilha responsabilidades entre agricultores, canais de distribuição, indústria e poder público, para posicionar o sistema de destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos do Brasil como referência mundial no assunto.

Com orçamento anual de R\$ 35 M, o inpEV é mantido integralmente pela indústria fabricante de agrotóxicos e tem dentre suas principais atividades o transporte das embalagens vazias até o destino final (reciclagem ou incineração), fomento a criação e gerenciamento de unidades de recebimento de embalagens e coordenação de campanhas educativas para agricultores sobre o tema.

Com sede na cidade de São Paulo, o Instituto atua nacionalmente tendo como apoio uma estrutura de 9 coordenadores localizados em diferentes regiões do Brasil e 14 funcionários no escritório central.

O relacionamento cada vez mais próximo com os seus 65 associados (entidades e empresas) e demais parceiros, permitiu a construção de uma base sólida rumo à consolidação deste sistema, que já é um exemplo concreto de respeito e preservação do meio ambiente com foco nas futuras gerações.



O orçamento anual do inpEV é mantido integralmente pela indústria fabricante de agrotóxicos e tem dentre suas principais atividades o transporte das embalagens vazias até o destino final (reciclagem ou incineração), fomento à criação e gerenciamento de unidades de recebimento de embalagens e coordenação de campanhas educativas para agricultores sobre o tema.



Nossa História passo a passo

O uso de agrotóxicos é uma prática que acompanha o desenvolvimento da agricultura nacional, que de uma atividade para o sustento familiar há muito se converteu em uma atividade orientada para a produção comercial. E como tal, absorveu novas tecnologias e transformações nos processos produtivos e nas relações de trabalho.

A utilização dos agrotóxicos gerou um resíduo, as embalagens vazias desses produtos que, anteriormente à atual legislação, eram encaminhadas a covas especialmente abertas para este fim. Mas a ausência de um processo sistematizado de recolhimento e sobretudo do repasse das informações sobre as conseqüências da destinação errônea das embalagens para o meio ambiente e saúde das pessoas, contribuíram para que muitos recipientes fossem descartados em rios, queimados a céu aberto, enterrados sem critério, contaminando o ar, o solo e lençóis freáticos.

A criação do sistema de destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos é a resposta aos esforços de associações representativas da agroindústria para reverter este quadro.

Com a entrada em vigor da Lei nº 9.974, que aprimorou as diretrizes da antiga Lei de Agrotóxicos, de 1989, os agentes do sistema empenham-se em fazer cumprir a devolução correta e ambientalmente responsável das embalagens, por meio da união de esforços dos elos da cadeia produtiva agrícola, da informação e educação de quem trabalha com agrotóxicos no Brasil. Acompanhe essa nossa história na linha do tempo:

1990 No início da década de 90, através da ANDEF - Associação Nacional de Defesa Vegetal, a indústria começa a procurar uma solução definitiva para as embalagens vazias de agrotóxicos.

1992 A ANDEF, a Secretaria da Agricultura de São Paulo, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) e a Coplana (Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba) firmam parceria para entender o fluxo das embalagens vazias e implantar a primeira unidade piloto de recebimento. Ainda neste ano foi estabelecido convênio com a Dinoplast, empresa recicladora situada em Louveira (SP).

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) desenvolve norma sobre a lavagem das embalagens que passam a ser consideradas dejetos comuns ao invés de resíduos perigosos.

1994 – 1997 Em 1994, a estação piloto de recebimento de embalagens vazias de Guariba, a primeira do Brasil, começou a funcionar. Neste mesmo ano, a convite da Andef, outra entidade passa a fazer parte do projeto piloto de re-

cebimento de embalagens, a AENDA - Associação das Empresas Nacionais de Defensivos Agrícolas, que no início de 1996 contribuiu com recursos para o aperfeiçoamento dos procedimentos de destino final.

A ANDEF entendeu a necessidade de se estabelecer uma equipe de profissionais focada apenas na destinação final das embalagens vazias de defensivos agrícolas, além de trazer outros parceiros para participar do projeto (AENDA, SINDAG, OCB, ANDAV). Neste momento foi prevista a criação de uma entidade.

2000 Em junho de 2000 foi promulgada a Lei Federal 9.974. Graças à experiência adquirida com a implantação da Unidade de Recebimento Piloto e o trabalho da equipe inicial, a indústria participou da discussão desta lei de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que pensada de maneira inteligente, distribui responsabilidades dentro da cadeia produtiva agrícola, ou seja, agricultor, fabricante, sistema de comercialização e ainda envolve o poder público.

2001 Em meados de 2001 foi contratada uma consultoria especializada que avaliou os processos principais de trabalho e chegou-se à conclusão de que seria necessária a criação de uma entidade capaz de coordenar todo o processo de destinação final das embalagens vazias. A consultoria avaliou os processos principais de trabalho da nova entidade e como deveria estruturá-la. Assim, em 14 de Dezembro de 2001 foi fundado o inpEV.

2002 – 2003 Em março de 2002 o inpEV passa a operar com o apoio de 22 empresas pioneiras, 34 Unidades de Recebimento e encerra o ano com 3.700 toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas devolvidas.

Em 2003, já com 52 associadas, o Sistema de Destinação Final de Embalagens Vazias totaliza 230 Unidades de Recebimento espalhadas por todo o País e fecha o ano com o volume de 7.855 toneladas de embalagens devolvidas.

2004 Com um total de 326 Unidades de Recebimento, estrutura que representa 100.000 m² de área ambientalmente licenciada para o recebimento das embalagens, o sistema de destinação final recebe até dezembro de 2004, 14.825 toneladas de embalagens.

As embalagens de defensivos agrícolas são recicladas em 15 materiais como conduíte corrugado, madeira plástica, barricas para incineração, dutos corrugados, economizadores de concreto, sacos plásticos para lixo hospitalar, tampas, luvas para emenda, dentre outros.

2005 O inpEV completa 4 anos de fundação com o total de 43 mil toneladas de embalagens vazias de agrotóxicos processadas até final de 2005. O sistema de destinação final de embalagens vazias do Brasil passou a ser uma referência mundial no assunto ao destinar mais embalagens do que o somatório de 30 países que possuem programas similares. Neste ano também foi comemorado em todo o Brasil o primeiro Dia Nacional do Campo Limpo.



O Dia Nacional do Campo Limpo foi uma iniciativa do inpEV em prol da construção de uma nação cidadã. O Dia Nacional do Campo Limpo, que a partir de 2005 será comemorado anualmente no dia 19 de agosto, reforça não apenas o trabalho dos agentes do sistema de conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, como leva esse mesmo conceito a todo o país.

Quem somos e quantos somos

O quadro de funcionários do inpEV soma atualmente 22 profissionais. Além dos funcionários diretamente contratados, o Instituto conta com empresas prestadoras de serviços para suportar as atividades de algumas áreas.

O escritório central está localizado na cidade de São Paulo, onde trabalham 13 funcionários em uma estrutura organizacional definida com base em processos de trabalho para assegurar o cumprimento dos objetivos com o dinamismo necessário:

Processos de Suporte:

JURÍDICO
EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Processos Básicos:

OPERAÇÕES
LOGÍSTICA
DESTINAÇÃO FINAL

Processos Administrativos:

FINANCEIRO
RECURSOS HUMANOS
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Instituto possui ainda 9 coordenadores regionais de operação (CRO's), responsáveis por estimular a integração de todos os agentes co-responsáveis pelo desenvolvimento do sistema de destinação final em suas regiões. Estes profissionais implementam as ações do Instituto e coordenam as Unidades de Recebimento (Postos ou Centrais) em estreita cooperação com outros elos da cadeia produtiva agrícola: Distribuidores e Cooperativas.

- AMAPÁ, CEARÁ, MARANHÃO, PARÁ, PIAUÍ E TOCANTINS.
- RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.
- PARANÁ.
- ACRE E MATO GROSSO DO SUL.
- ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO.
- AMAZONAS, GOIÁS E RORAIMA.
- SÃO PAULO.
- MATO GROSSO E RONDÔNIA.
- BAHIA, SERGIPE, ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE.

Modelo de Gestão

UMA GOVERNANÇA CORPORATIVA ADEQUADA ÀS MELHORES PRÁTICAS

O modelo de governança corporativa adotado pelo inPEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – é transparente, adequado e atende às melhores práticas do mercado, segundo análise da Deloitte Consulting, realizada em 2005.

Para que chegasse à conclusão, a Deloitte analisou alguns procedimentos do inPEV como funcionamento, definição, participação e dinâmica das Assembléias, modo de eleição de membros do conselho diretor, suas atribuições, escopo de atuação e responsabilidades, periodicidade de realização das reuniões, além de projetos em andamento e eventos especiais.

O estatuto social do inPEV também foi considerado como bem estruturado do ponto de vista de definição de papéis e procedimentos e o modelo de apresentação de orçamento e resultados foi classificado como claro e conciso, conforme critérios estabelecidos pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

A atribuição de responsabilidade, confiança, tratamento igualitário dos associados e proteção dos interesses dos stakeholders (investidores) formam o conceito de governança corporativa e sua aplicação possibilita a redução e racionalização de custos, melhoria do relacionamento entre os associados e com o mercado e a ação em conformidade com as leis.



Na busca por aprimorar sua governança corporativa e como evolução do processo que já é colocado em prática, o inPEV elegeu na última assembléia do ano de 2005 seu primeiro conselho fiscal, composto pelas empresas DuPont do Brasil, Bayer Cropscience e Nortox.

Conselho Diretor

É formado por cinco membros eleitos dentre os sócios contribuintes (empresas associadas), representantes dos sete sócios colaboradores (entidades associadas) e o diretor presidente do instituto. Os cinco membros provenientes das empresas associadas possuem mandato de 2 anos, sendo que nos anos pares renovam-se três membros e nos anos ímpares dois membros. Cabe ao conselho diretor definir as diretrizes para o cumprimento da missão do Instituto e de seus objetivos sociais, garantir o cumprimento da lei, proteger o patrimônio, zelar pela correta aplicação dos recursos, promover a sinergia entre os elos da cadeia produtiva agrícola, autorizar o Instituto a representar, postular seus objetivos sociais e aprovar os acordos e convênios firmados pela presidência do Instituto. O Conselho Diretor se reuniu 12 vezes em 2004, desempenhou papel fundamental no gerenciamento do inPEV e participou integralmente das decisões.

EMPRESAS ASSOCIADAS

DU PONT DO BRASIL S/A

MARIO GURIAN NETO - PRESIDENTE DO CONSELHO E TITULAR

JOSÉ PERDOMO - SUPLENTE

BAYER CROPSCIENCE LTDA

PETER AHLGRIMM - VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO E TITULAR

GOTTFRIED STÜTZER – SUPLENTE

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL S/A

WELLES PASCOAL - TITULAR

ROGÉRIO SILVA - SUPLENTE

AGRIPEC QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A

CARLOS RESENDE - TITULAR

WILSON HERNANDES - SUPLENTE

MONSANTO DO BRASIL LTDA

LUIZ ABRAMIDES DO VAL - TITULAR

GILMAR BERALDO - SUPLENTE

ENTIDADES ASSOCIADAS

ABAG - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS

CRISTIANO WALTER SIMON - TITULAR

LUIZ ANTONIO PINAZZA – SUPLENTE

AENDA – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS NACIONAIS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

TULIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA - TITULAR E SUPLENTE

ANDAV – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DISTRIBUIDORES DE DEFENSIVOS

AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS SEBASTIÃO DONIZETE GONÇALVES - TITULAR

HENRIQUE MAZOTINI – SUPLENTE

ANDEF - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL

ANTÔNIO ZEM - TITULAR

CRISTIANO WALTER SIMON – SUPLENTE

CNA - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA

JOÃO BOSCO UMBELINO DOS SANTOS - TITULAR

DANIEL KLÜPPEL CARRARA – SUPLENTE

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS

JAIR MARCONDES DE SOUZA - TITULAR

LUIZ ROBERTO BAGGIO – SUPLENTE

Novos associados

Quatro novas empresas se associaram ao inpEV em 2005: AGRILLIANCE Comércio, Importação e Exportação de Insumos Agropecuários Ltda, Con-dax Comercial Ltda, DVA Comércio, Importação e Exportação de Insumos Agropecuários Ltda. e Ipiranga Comercial Química S.A. Com as novas asso-ciações, o Instituto encerrou o ano com 65 associados (58 empresas e as 7 principais entidades do setor), o que representa cerca de 99% das empresas fabricantes de produtos fitossanitários do país.

EMPRESAS ASSOCIADAS

AGRILLIANCE COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

AGRICUR – DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.

AGRIPEC - QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A.

AGROCETE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

ALKAGRO DO BRASIL LTDA.

ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA E AGROPECUÁRIA LTDA.

ATANOR DO BRASIL LTDA.

ATTA-KILL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.

BASF S/A.

BAYER CROPS SCIENCE LTDA.

BERNARDO QUÍMICA S.A.

BIO CONTROLE MÉTODOS DE CONTROLE DE PRAGAS LTDA.

BIO SOJA INDÚSTRIAS QUÍMICAS E BIOLÓGICAS LTDA.

BUCKMAN LABORATÓRIOS LTDA.

CHEMINOVA BRASIL LTDA.

CHEMOTÉCNICA DO BRASIL LTDA.

CONDAX COMERCIAL LTDA.

COODETEC - COOPERATIVA CENTRAL DE PESQUISA AGRÍCOLA

CROMPTON LTDA.

CROP-CHEM LTDA.

CROSS LINK CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA.

DICHEM QUÍMICA LTDA.

DINAGRO AGROPECUÁRIA LTDA.

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL S/A.

DU PONT DO BRASIL S/A

DVA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

FÊNIX INDUSTRIAL LTDA.

FERSOL IND. E COM. LTDA.

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA.

FORQUÍMICA AGROCIÊNCIA LTDA.

GRIFFIN DO BRASIL LTDA.

HELM DO BRASIL

IHARABRÁS S/A INDÚSTRIAS QUÍMICAS

IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S.A.

IRRIGAÇÕES DIAS CRUZ LTDA. (KEEP DRY)

ISCA TECNOLOGIAS LTDA.

LABORATÓRIOS PFIZER

LUXEMBOURG INDUSTRIES LTDA.

MERCK S/A.

MICROQUÍMICA IND. QUÍMICAS LTDA.

MILÊNIA AGRO CIÊNCIAS S/A.

MONSANTO DO BRASIL LTDA.

NITRAL URBANA LABORATÓRIOS LTDA.

NORTOX S/A

NUFARM DO BRASIL

OXIQUÍMICA AGROCIÊNCIAS LTDA.

PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A.

PILARQUIM BR COMERCIAL LTDA.

PRENTISS QUÍMICA LTDA.

PRODUTOS QUÍMICOS SÃO VICENTE (PIKAPAU)

PRTRADE REPRES. COM. IMPORTAÇÃO

E EXPORTAÇÃO LTDA.

SAMARITÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

SINON DO BRASIL

SIPCAM AGRO S/A

STOLLER DO BRASIL LTDA.

SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA.

UNION AGRO LTDA.

ENTIDADES ASSOCIADAS

ABAG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS

AENDA – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS NACIONAIS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

ANDAV - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DISTRIBUIDORES DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS

ANDEF – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL

CNA – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS

SINDAG – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA AGRÍCOLA

Recursos e gestão bimestral de caixa

O instituto foi criado após a promulgação da Lei Federal 9.974 de junho de 2000 e apresenta a indústria fabricante de produtos fitossanitários em sua responsabilidade de destinar as embalagens vazias destes produtos aplicados na agricultura brasileira.

Para cumprir o compromisso de dar a correta destinação às embalagens vazias, as 58 empresas associadas ao instituto financiam integralmente as suas atividades por meio de uma contribuição mensal estabelecida por uma fórmula de rateio calculada com base no perfil e volume das embalagens utilizadas. A cada ano as empresas associadas informam ao instituto o tipo de embalagens comercializadas, local da comercialização e perfil de venda para o cálculo de sua contribuição. Como o frete é o item mais oneroso de todo o processo, a quantidade de embalagens colocada no mercado por empresa e o volume de venda direta e local da venda também são dados importantes na fórmula de define o valor a ser investido.

O orçamento do inpEV é aprovado anualmente pela assembléia geral que reúne representantes das empresas associadas e, todos os aportes financeiros são acompanhados ao longo do ano por meio da gestão bimestral de caixa, um compromisso firmado pelo instituto com seus associados que presume a não-solicitação dos aportes financeiros superiores às despesas orçamentárias previstas para o período de dois meses. Com essa prática, o caixa do inpEV não será maior do que o necessário para dois meses de gastos.

Investimentos

Responsável pela logística, destino final das embalagens vazias dos agrotóxicos e pela educação e conscientização do agricultor, a indústria produtora de defensivos agrícolas investiu R\$ 40 M no sistema em 2005. Nos últimos quatro anos já foram investidos no programa R\$ 110 M, sendo que R\$ 90 M foram aportados pela indústria produtora de defensivos agrícolas.

Mas, os investimentos não param por aí: os demais elos envolvidos no sistema também arcam com seus custos dentro do programa. O agricultor tem o custo de retornar as embalagens até a unidade de recebimento que foi indicada na nota fiscal de compra do produto, os revendedores e cooperativas que comercializam os produtos assumem as despesas de construção e administração das unidades de recebimento (que possuem custos compartilhados com as empresas fabricantes) e o governo participa dos valores gastos com a educação e conscientização dos agricultores em conjunto com os fabricantes e comerciantes.

Orçamento

O orçamento do instituto é calculado e gerenciado com base nos processos de trabalho que estruturam suas atividades, sendo eles: processos administrativos, básicos e de suporte.

Além de ser acompanhada mensalmente pelo Conselho Diretor, a execução do orçamento é apresentada em todas as assembleias realizadas e está disponível no site do inpEV, na área exclusiva para associados, para consulta.

A infra-estrutura necessária para o recebimento das embalagens (Unidades de Recebimento), sua logística e destinação final representam os maiores custos do sistema e receberam investimentos (de revendedores, cooperativas e da indústria) da ordem de R\$ 24,6 M em 2005. ▶

Colocar gráfico com resultado da gestão bimestral de caixa 2005

CUSTO DE DESTINAÇÃO FINAL (US\$/KG) DOS PRINCIPAIS PAÍSES COM PROGRAMAS EM FUNCIONAMENTO.

(Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Austrália, França e Brasil)



- ▶ Em infra-estrutura (espaço físico, recursos humanos, administração e tecnologia da informação) foram investidos R\$ 6,5 M e, em processos de suporte (suporte legal, comunicação e educação, desenvolvimento tecnológico e novos projetos) foram aportados 3,9 M no último ano. A única receita existente no programa se refere à venda das embalagens para recicladoras conveniadas, corresponde a apenas 17% do custo total das operações e retorna inteiramente ao sistema.

Processos básicos

RESPONSÁVEIS POR 70% DOS CUSTOS: R\$ 24,6 M
OPERAÇÃO, LOGÍSTICA E DESTINAÇÃO FINAL

Processos Administrativos

RESPONSÁVEIS POR 19% DOS CUSTOS: R\$ 6,5 M
INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, FINANCEIRO E CONTÁBIL, RECURSOS HUMANOS E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Processos de suporte

RESPONSÁVEIS POR 11% DOS CUSTOS: R\$ 3,9 M
JURÍDICO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E NOVOS PROJETOS

Apesar das proporções continentais e dificuldades estruturais do Brasil, os custos de destinação final por quilo de embalagem do país estão entre os menores do mundo, se comparado com os custos da França, Canadá, Estados Unidos, Austrália, Alemanha e França.



FACA

RESULTADOS

(2)





As 17.881 toneladas de embalagens retornadas em 2005 correspondem a 62% do volume comercializado pelos fabricantes em um ano agrícola.

Conheça os tipos de embalagens vazias de agrotóxicos

Embalagens Primárias

EMBALAGENS QUE POSSUEM CONTATO DIRETO COM O PRODUTO, COMO AS DE PLÁSTICO RÍGIDO, METAIS E FLEXÍVEIS.

Embalagens Secundárias

EMBALAGENS DE PAPELÃO QUE SERVEM PARA ACONDICIONAR AS PRIMÁRIAS.

Devolução de embalagens vazias de agrotóxicos cresce 28% em 2005

Todos os meses, o inpeV divulga o levantamento do volume de embalagens destinado à reciclagem ou incineração. Os dados deste levantamento permitem o acompanhamento do Sistema de Destinação Final de Embalagens Vazias em todos os Estados brasileiros que possuem Unidades de Recebimento em seu território. Em 2005, 17.881 toneladas de embalagens foram processadas, número que retrata 28% de crescimento em relação às 13.933 toneladas devolvidas em 2004.

Dentre os diversos tipos de embalagens de agrotóxicos devolvidas, as primárias (embalagens que possuem contato direto com o produto como plásticas rígidas, metálicas e flexíveis), representam 67% do total devolvido e atingiram um índice de devolução de 82%.

O outro tipo de embalagem comercializada, é classificado como embalagem secundária (embalagem de papelão que acondiciona as primárias) compreendem 33% do total devolvido e alcançaram a taxa de retorno de 21%. As 17.881 toneladas de embalagens retornadas em 2005 correspondem a 62% do volume comercializado pelos fabricantes em um ano agrícola. Os índices atuais de devolução posicionam o programa brasileiro como referência mundial no assunto e o colocam muito próximo ao estágio de maturidade.

Uma vitória interestadual

O inpEV orgulha-se em registrar que, mesmo após 4 anos de promulgação da lei, alguns Estados continuam apresentando crescimentos significativos, como o Mato Grosso do Sul que aumentou seus índices de devolução em 49% (passou de 646 toneladas em 2004 para 965 no final de 2005), Rio Grande do Sul que cresceu 47% (passou de 996 para 1464 toneladas) e Bahia que recolheu 42% a mais se comparado com o mesmo período de 2005 (passou de 683 para 969 toneladas de embalagens devolvidas).

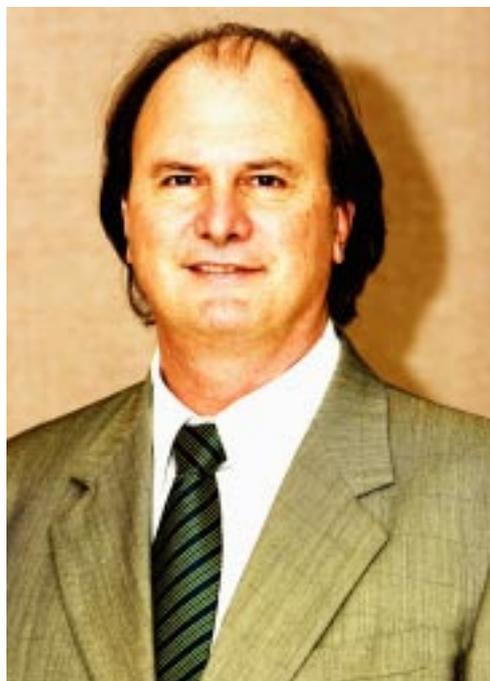
Merecem destaque ainda os Estados do Maranhão, Tocantins e Espírito Santo que receberam, respectivamente, 90%, 83% e 70% a mais de embalagens em 2005 do que em 2004, sendo que o Maranhão recolheu 203 ton, o Tocantins atingiu o recebimento de 35 ton e o Espírito Santo destinou 89 ton de embalagens vazias.

Destino consciente

A destinação das embalagens vazias, retornadas através do sistema de destinação final, segue um processo consciente. Aquelas não-laváveis (que tecnicamente não podem ser lavadas) ou que foram lavadas incorretamente seguem direto para a incineração, feita por empresas licenciadas para a atividade. Mas, as lavadas de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos para o trabalho no campo, e que são posteriormente reavaliadas nas centrais de recebimento, podem ser recicladas.

Atualmente são oito empresas conveniadas ao inpEV e ambientalmente licenciadas para essa atividade. O trabalho de reciclagem conduzido por essas empresas obedece a critérios e normas estabelecidos para preservar o meio ambiente. As empresas possuem uma estação de tratamento de efluentes, que consiste num circuito fechado de tratamento da água utilizada no processo de reciclagem. Ou seja, essa água não é descartada no meio ambiente, e sim tratada e reutilizada para reciclar os materiais, e, todos os resíduos sólidos derivados do processo são destinados a empresas incineradoras, com licença ambiental para a prática.

Além dos resíduos eliminados ainda no campo com a realização da trílice lavagem, nos processos de reciclagem as embalagens são submetidas a novas lavagens e a temperaturas elevadas que garantem segurança no processo e a qualidade da matéria-prima produzida.



PARA JOÃO CESAR RANDO - DIRETOR-PRESIDENTE DO INPEV – A CONQUISTA DOS RESULTADOS DE 2005 SE DEVE AO INVESTIMENTO EM CAMPANHAS EDUCATIVAS PARA AGRICULTORES, AO AUMENTO DA MALHA DE RECEBIMENTO DE EMBALAGENS (DE 326 PARA 350 UNIDADES) E PRINCIPALMENTE AO GRANDE ENGAJAMENTO DOS ELOS PARTICIPANTES DO SISTEMA (AGRICULTOR, CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO, INDÚSTRIA E PODER PÚBLICO). PARA SE TER UMA IDÉIA, AS UNIDADES DE RECEBIMENTO DE EMBALAGENS SÃO GERENCIADAS POR 185 ASSOCIAÇÕES DE REVENDAS (QUE REPRESENTAM MAIS DE 2.200 DISTRIBUIDORES) E 40 COOPERATIVAS EM 23 ESTADOS BRASILEIROS.

Reciclagem responsável

O número de materiais reciclados provenientes do processamento de embalagens de agrotóxicos chegou a 16 diferentes tipos de produtos no final de 2005, como conduíte, cordas, madeira plástica, barricas de papelão, economizadores de concreto entre outros.

Todos os materiais reciclados são pré-autorizados por um comitê interno avaliador e são objetos empregados na construção civil ou em produtos que não possuem contato direto com artigos de consumo humano.



Fluxo da reciclagem



FOTOS DOS MATERIAIS RECICLADOS



Logística Reversa uma idéia que faz toda a diferença

Como responsável pelo transporte adequado das embalagens devolvidas de Postos para Centrais e das Centrais de Recebimento para destino final (Recicladoras ou incineradoras), o inpEV utiliza o processo de logística reversa para a gestão desse processo.

A logística reversa usa o mesmo caminhão que leva as embalagens de agrotóxicos cheias para os distribuidores e cooperativas do setor, para trazer as embalagens vazias (a granel ou compactadas), armazenadas nas unidades de recebimento. Antes desse processo, o caminhão voltava vazio. Em quatro anos de funcionamento do sistema de destinação final já foram movimentados 15.981* caminhões sem nenhum acidente. A logística reversa tem funcionado com essa eficácia graças à parceria estabelecida com a empresa líder no transporte de defensivos agrícolas no Brasil, o Grupo Luft.

O conceito de logística reversa está alinhado com os princípios do instituto de preservação do meio ambiente e da saúde humana e apresenta como vantagens a segurança para o meio ambiente e saúde, já que recorre a uma transportadora capacitada para realizar este tipo de transporte e economia, uma vez que o caminhão tem parte dos custos pagos quando levou produto cheio.

2002 - **1.340** equivalente truck*

2003 - **2.793** equivalente truck*

2004 - **5.489** equivalente truck

2005 - **6.359** equivalente truck

TOTAL 15.981

Infra-estrutura para recebimento de embalagens chega perto da consolidação

A infra-estrutura de recebimento de embalagens vazias se aproxima do estágio de maturidade. São 350 unidades ambientalmente licenciadas e aptas a receber as embalagens devolvidas pelos agricultores, sendo 108 centrais e 242 postos em 23 Estados brasileiros. Em 2005, 21 inaugurações colocaram em funcionamento unidades na Bahia, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Com estruturas e atribuições diferenciadas, as centrais são definidas com base em critérios logísticos preferencialmente nas proximidades dos grandes pólos agrícolas, onde um maior volume de embalagens tem potencial de ser devolvido. Algumas regiões são bem atendidas somente com a estrutura de um posto, que normalmente são criados e gerenciados por cooperativas ou associações de distribuidores.

A consolidação do sistema pressupõe o início de um processo de ajuste entre o número de centrais e postos, Sem necessariamente promover um aumento da malha de recebimento de embalagens, a revisão da estrutura atual já tem permitido a otimização dos recursos investidos por todos os elos do sistema com um melhor atendimento ao produtor rural.

Para atender às necessidades locais, em 2005 a central de Jaiba em Minas Gerais foi transformada em posto de recebimento e o posto de Campos de Júlio no Mato Grosso passou a operar como central.

Inaugurações de 2005

RS CENTRAL
URUGUAIANA
POSTO
IBIRUBÁ

MT CENTRAL
TANGARÁ DA SERRA
POSTO
ÁGUA BOA

GO POSTO
CERES
ITABERAÍ

BA POSTO
GUANAMBI

PR POSTO
IRATI

SP CENTRAIS
ARARAQUARA
BEBEDOURO
SÃO MIGUEL
POSTOS
AGUAÍ
BARRETOS
DIVINOLÂNDIA
LIMEIRA
MOGI GUAÇU
MOGI MIRIM
PIRASSUNUNGA
SÃO JOÃO DA BOA VISTA
SÃO JOÃO DO RIO PARDO
VALINHOS



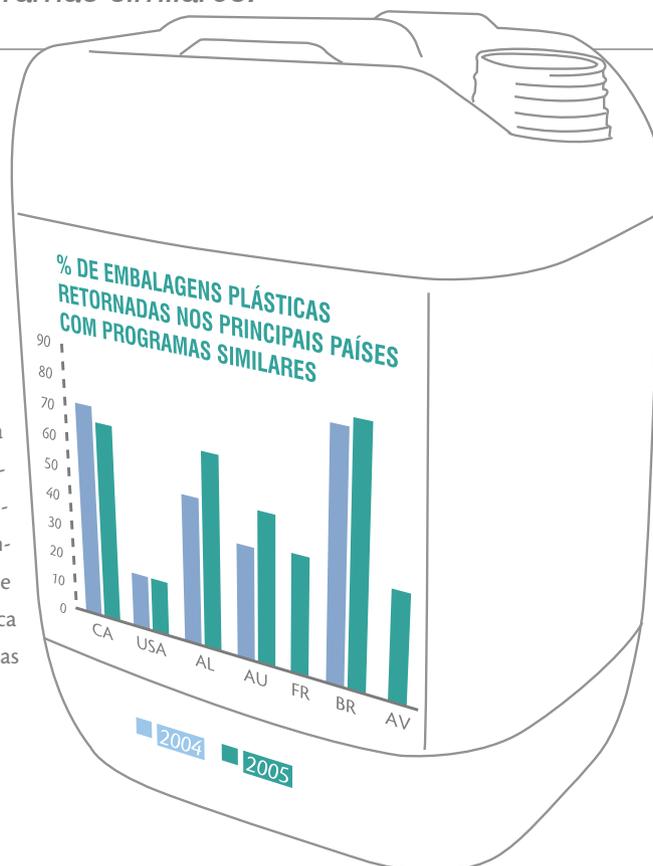
Sistema se consolida como referência mundial

Em 2005 o inpeV completou 4 anos de fundação e já contabiliza o volume de 43 mil toneladas de embalagens vazias de agrotóxicos processadas até o final do ano. O sistema de destinação final de embalagens vazias do Brasil passou a ser uma referência mundial no assunto ao destinar mais embalagens do que o somatório de 30 países que possuem programas similares.

Liderança brasileira em recolhimento de embalagens de agrotóxicos

O Brasil é hoje líder mundial em recolhimento e destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos. O sistema brasileiro de destinação final recolhe mais recipientes de agrotóxicos do que os 30 maiores países juntos que possuem um sistema parecido com o nacional.

Os principais países com programas em desenvolvimento são Canadá, Estado Unidos, Alemanha, Austrália e França. A taxa média de destinação final de embalagens plásticas entre os países que possuem um programa parecido com o brasileiro é de 40% de recolhimento versus o volume colocado no mercado. O Brasil atingiu o índice de 87%, enquanto o Canadá e Alemanha ficaram com o índice em torno de 65%, Estados Unidos cerca de 20%, Austrália com cerca de 55% e a França com índice de devolução de embalagens plásticas de aproximadamente 40%.





Elos do Sistema

(3)

FACA

É através de associações de distribuidores e de cooperativas que o Sistema de Devolução de Embalagens de Agrotóxicos Vazias do inpEV constrói e administra as Unidades de Recebimento. São, no total, 225 associações de revendas e cooperativas em todo o país.

As Unidades de Recebimento (Postos e Centrais)

As associações de distribuidores e as cooperativas representam o elo canal de distribuição no cumprimento das responsabilidades previstas na lei sobre devolução de embalagens vazias de agrotóxicos. Hoje são 185 associações de revendas, que agregam mais de 2.200 distribuidores e 40 cooperativas envolvidas na construção e gestão de unidades de recebimento de embalagens em todo o país.

Grande parte das associações foi formada a partir da promulgação da lei no. 9974/00, quando o canal de distribuição passou a ser incumbido de fornecer um local para que os agricultores devolvessem suas embalagens vazias.

Além das atividades estabelecidas pela lei como campanhas educativas voltadas ao produtor rural, as associações e cooperativas buscam constantemente alternativas para aprimorar as rotinas das unidades de recebimento, para obter ganhos de eficiência e produtividade, para reduzir custos e com isso melhorar o atendimento ao produtor rural. Algumas associações de revendas atuam além do escopo do programa de embalagens vazias com muito êxito.

O fluxo de trabalho nas unidades

As unidades de recebimento de embalagens vazias devem ser ambientalmente licenciadas para a atividade e podem ser classificadas como Postos ou Centrais de acordo com o tipo de serviço efetuado.

POSTOS DE RECEBIMENTO:

Com o mínimo de 80m² de área construída (Resolução 334 do CONAMA) são gerenciados por uma Associação de Distribuidores ou Cooperativas e realizam os seguintes serviços:

- Recebimento de embalagens lavadas e não lavadas;
- Inspeção e classificação das embalagens entre lavadas e não lavadas;
- Emissão de recibo confirmando a entrega das embalagens;
- Encaminhamento das embalagens às centrais de recebimento.

CENTRAIS DE RECEBIMENTO:

Com o mínimo de 160 m² de área construída (Resolução 334 do CONAMA), são gerenciados usualmente por uma Associação de Distribuidores ou Cooperativas em conjunto com o inpEV e realizam os seguintes serviços:



- Recebimento de embalagens lavadas e não lavadas (de agricultores, postos e estabelecimentos comerciais licenciados);
- Inspeção e classificação das embalagens entre lavadas e não lavadas;
- Emissão de recibo confirmando a entrega das embalagens;
- Separação das embalagens por tipo (PET, COEX, PEAD MONO, Metálica, papelão);
- Compactação das embalagens por tipo de material;
- Emissão de ordem de coleta para que o inpEV providencie o transporte para o destino final (reciclagem ou incineração).

Segurança para o meio ambiente e para a saúde humana

Para preservar a saúde humana e o meio ambiente, antes que uma unidade de recebimento passe a receber embalagens, seus funcionários são rigorosamente treinados e capacitados para exercer as funções rotineiras. Uma das principais tarefas destes profissionais é a inspeção das embalagens para separação dos recipientes entre os lavados e os que passaram por processos inadequados de lavagem.

Nas unidades de recebimento existem duas áreas para armazenamento de embalagens: uma para embalagens lavadas (que seguem para a reciclagem) e outra área para armazenamento de embalagens não-lavadas (que seguem para incineração).

Controlar a qualidade do trabalho também é preocupação do inpEV

Como a essência do sistema de devolução de embalagens do inpEV é a integração entre os processos de recebimento e destinação final das embalagens, o instituto trabalha para monitorar as atividades envolvidas nessa cadeia de valores, cuidando para que todo o trabalho seja bem-sucedido e o objetivo de proteger o meio ambiente e a saúde das pessoas, cumprido. Por isso, em 2005, 50 centrais de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos adotaram o sistema de medição de produtividade, eficiência e eficácia por meio de uma ferramenta denominada “indicadores de performance”, que foi desenvolvida com o auxílio de uma consultoria especializada contratada pelo inpEV com total apoio e comprometimento das centrais do Brasil.

Não foi uma tarefa fácil. Mas a rede de unidades do sistema, geograficamente distantes, não impediu o instituto de, antes de implantar os medidores, estabelecer o fluxo geral de operações das unidades de recebimento, os procedimentos de medição, e de uniformizar em todo o país os conceitos estabelecidos de eficiência, eficácia, produtividade, higiene e segurança, qualidade e inovação.

Além de motivar os funcionários das centrais de recebimento na execução de suas atividades, a medição permite o acompanhamento do desempenho do trabalho realizado nas centrais e possibilita a identificação de procedimentos que precisam ser aprimorados para aumentar a produtividade da central e, conseqüentemente, do sistema de destinação final.

Agora, a meta em 2006 é a implementação dos indicadores de performance em 100 centrais.

Como funciona a ferramenta

Os funcionários das unidades de recebimento coletam, periodicamente, informações como densidade dos fardos, número de embalagens laváveis entregues com resíduo, percentual de embalagens destinadas versus a meta de transporte, prazo máximo de agendamento de entrega, custos operacionais, capacidade de enfardamento mensal dentre outros. Esses dados são colocados mensalmente nos quadros de medição, que automaticamente apresentam os gráficos de resultados.

Resultados

A adoção dos indicadores de performance possibilita o acompanhamento dos resultados e a identificação exata de interferências que dificultavam processos-chave para o funcionamento do sistema, como queda de produtividade devido a equipamento inadequado, tamanho e densidade ideal de fardos para carregamento de caminhões, agendamento de entrega de embalagens e produtividade de enfardamento na central.

[108] CENTRAIS

[242] POSTOS





“Penso que o maior ganho foi cada gerente de central poder avaliar o trabalho desenvolvido e especialmente poder medir os avanços que conseguiu. O trabalho de cada central é mostrado aos funcionários que se sentem motivados a melhorar a cada dia. Ganham os funcionários e todos os demais envolvidos. A avaliação permite que as centrais se comparem umas às outras, vendo assim, o quanto podem melhorar, incentivando a troca de experiência.”

Rosângela Gomes Soto, coordenadora de operações do inpEV



Conselho de Centrais

Para definir diretrizes de trabalho para as centrais de recebimento de embalagens de todo o Brasil e identificar pontos de melhoria no sistema de destinação final, foi criado o Conselho Nacional de Centrais. Em atividade desde 2004, o Conselho é formado por um representante de cada região de atuação do inpEV.

O grupo é responsável por priorizar ações além de favorecer e aprimorar o relacionamento e a troca de experiências entre as unidades de recebimento.

Além do Conselho Nacional, que se reúne na sede do inpEV em São Paulo, existe o Conselho Regional de Centrais, que, em 2005 realizou três reuniões por região com a participação de pelo menos um representante de cada uma das centrais do Estado.

REPRESENTANTES DO CONSELHO DE CENTRAIS GESTÃO 2005

Região RS/SC

TITULAR CENTRAL DE TANGARÁ (SC)
FREDDY HAGEMIEIER

Região PR

TITULAR CENTRAL DE SANTA TEREZINHA DO ITAIPÚ
JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Região SP

TITULAR CENTRAL DE PARAGUAÇU PAULISTA
LUCIANO TAVEIRA BARROS

Região MT

TITULAR CENTRAL DE NOVA MUTUM
MÁRCIA LIMA

Região MS

TITULAR CENTRAL DE SÃO GABRIEL D'OESTE
ANDRÉ DE BORTOLI

Região NO

TITULAR CENTRAL DE UBAJARA
INÁCIO PARENTE

Região GO

TITULAR CENTRAL DE RIO VERDE
JOSÉ BUENO

Região MG/ES/RJ

TITULAR CENTRAL DE UBERABA
WEIDER SANTANA

Região NE

TITULAR CENTRAL DE BARREIRAS
JOSÉ CISINO MENESES LOPES

Condições ideais para trabalho eficiente e seguro

Em constante busca de novas tecnologias e procedimentos para melhorar o desempenho e eficiência do trabalho exercido pelos funcionários das unidades de recebimento, em 2005 as centrais implementaram a amarração de fardos com fitas. O novo equipamento proporciona praticidade na confecção de fardos, segurança aos funcionários (as fitas têm maior resistência ao rompimento) além de propiciar melhor qualidade na confecção de fardos e conseqüente redução dos custos com frete. A nova técnica de amarração de fardos diminui ainda o desgaste do EPI do trabalhador (foto pág.29).

Qualidade do trabalho passa pela segurança e bem-estar de quem trabalha

Em agosto foi lançado o Equipamento de Proteção Individual desenvolvido exclusivamente para garantir mais segurança aos trabalhadores das unidades de recebimento (postos, centrais ou itinerante). O novo EPI inclui um reforço extra na calça dos funcionários, entre o joelho e a coxa, local onde os operadores costumam apoiar mais peso na rotina do trabalho. Além disso, o tecido aplicado na produção do EPI foi escolhido para fazer com que a roupa se adaptasse aos movimentos corriqueiros realizados pelos funcionários das unidades, como carregamento de caminhões, confecção e pesagem de fardos.

A concepção do novo EPI, desenvolvido em parceria com a Basf e a Azeredo EPI, envolveu uma série de estudos e avaliações, validados por mais de 10 centrais em todo país, para oferecer mais durabilidade, proteção e conforto aos trabalhadores, de acordo com as atividades que eles exercem.

Devido à uma série de adaptações, o novo EPI dura até três vezes mais do que os equipamentos de proteção anteriormente utilizados e devem ser substituídos apenas quando apresentar sinais de desgaste provocados pelo tempo de uso. "O EPI é produzido de sarja mista algodão-poliéster que permite troca térmica e propicia maior conforto", explica o diretor da Azeredo EPI, Luiz Edmundo Azeredo Cesar.

Para o gerente de segurança de produto da Basf, Roberto Araújo, a padronização dos equipamentos de proteção individual nas unidades de recebimento é uma iniciativa que contribui para a imagem de modernidade e profissionalização do sistema, além de aumentar a segurança e reduzir custos com a adoção de materiais mais resistentes. "A BASF se sente orgulhosa por ter participado do grupo de profissio-